

DA PROFISSÃO COMO PROFISSÃO DE FÉ AO “MERCADO EM CONSTANTE MUTAÇÃO”: TRAJETÓRIAS E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ALUNOS DO PLANO ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (PEQ-RS)

FRANZOI, Naira Lisboa – UFRGS

GT: Trabalho e Educação/n. 09

Agência Financiadora: Não contou com o financiamento.

Este texto baseia-se em tese realizada, cujo objetivo era estudar o papel do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), na sua versão no Rio Grande do Sul – o Plano Estadual de Qualificação do Rio Grande do Sul (PEQ-RS) –, na *profissionalização* de um grupo selecionado dentre seus usuários. Para tanto, o estudo toma como ângulo de análise os indivíduos e suas trajetórias, respondendo a três questões: a) como são as trajetórias formativas e ocupacionais dos alunos/egressos do PEQ-RS; b) quais são seus projetos futuros e o que buscam na formação e, em particular, no PEQ; c) qual a incidência do Plano sobre essas trajetórias.

A partir de seus limites – os alunos selecionados e a implementação do Plano no Rio Grande do Sul, o estudo proposto buscou refletir sobre o papel do Plano na profissionalização da população por ele atendida.

Por outro lado, as investigações sobre os mecanismos de formação voltados para essas populações criados em todos os países industrializados – tão recentes quanto o fenômeno – lançam questões sobre como interpretá-los, tanto em relação aos seus objetivos, quanto em relação aos seus resultados. O PLANFOR é um desses mecanismos que guarda em relação àqueles criados nos outros países especificidades relativas às especificidades da situação brasileira.

O PLANFOR, segundo os documentos que o embasam, se propõe a dar uma resposta à grave crise do desemprego que atinge o país nas últimas duas décadas. Tomando em consideração a hegemonização das formas precárias de trabalho, volta-se para as populações sujeitas às mesmas, denominadas em seus documentos “populações vulneráveis, em desvantagem ou em risco social” (BRASIL, 1999).

O Plano opera, dentre outros, com dois pressupostos, que estão articulados entre si: o primeiro é de que o mercado está hoje “em constante mutação”; o segundo é de

que, por esse motivo e pelo fato de o mercado de trabalho ser hoje mais exigente e seletivo, colocam-se novas exigências aos trabalhadores.

Uma dessas exigências é a escolaridade básica, deficiência de cerca da metade da população trabalhadora e em especial dos segmentos preferenciais do PLANFOR. Assim o Plano toma para si parte da tarefa de suprir essa deficiência. Recomenda incluir no conteúdo programático de seus cursos as chamadas *habilidades básicas*: conteúdos escolares dentre os quais noções básicas de expressão e comunicação e cálculo matemático. Estabelece, ainda, como prioritárias ações que visem à elevação da escolaridade de seu público-alvo. Como decorrência dessa diretriz, o PEQ-RS caracterizou-se pela oferta de projetos que articulavam formação básica à formação profissional, juntamente com os cursos de qualificação *stricto sensu*.

O PLANFOR, implementado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), preconiza, como uma de suas diretrizes, a sua articulação com as demais políticas públicas de trabalho, financiadas por este Fundo, e outras vigentes no país.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO E DA METODOLOGIA

As cerca de 250.000 pessoas que se candidatavam anualmente aos cursos do PEQ/RS (de agora em diante PEQ) deixavam para os formuladores da política uma perplexidade e uma pergunta cuja resposta não era óbvia: o que buscam nesses cursos essas pessoas – e em particular, aqueles que conseguem se inscrever, tornando-se assim alunos do PEQ? Qual o significado desses cursos para a vida profissional daqueles que chegam a ser alunos e a concluir seus cursos?

Essa pergunta era reforçada pelo fato de que grande parte dos alunos retornava ao PEQ, em anos posteriores, para novos cursos, o que levou à hipótese de que esses alunos estavam preocupados em construir itinerários formativos. Tornou-se, assim, necessário estudar as suas trajetórias profissionais, não mais tomadas apenas no âmbito do PEQ, mas consideradas ao longo de suas vidas profissionais.

Por outro lado, nas conversas com os primeiros entrevistados, surgiu, sem que estivesse explicitamente no roteiro, a referência muito forte ao termo *profissão*. A volta à literatura chamou a atenção para a importância do tema – inicialmente tratado apenas tangencialmente – levando-me a perceber que eu estava diante do que na língua francesa, tão apropriada e sinteticamente, chama-se *l'enjeu* – o que está em jogo –: o

papel do Plano na constituição da *profissionalidade*, ou na *profissionalização* de seus alunos.

Além disso, entender de que forma o PLANFOR, ou o PEQ-RS, em particular, contribui para a profissionalização de seus usuários – a principal questão que este trabalho se propõe a responder – pressupõe entender as seguintes questões:

Qual o significado das declarações dos entrevistados quando se referem a possuir ou não possuir, ou estar em busca de “uma profissão”? Em que consistem suas apostas?

Por outro lado, quando o Plano atua na esfera da profissionalização da população à qual se dirige, de qual registro se deve lançar mão para entendê-lo e compreender o significado que ele adquire e que promessas faz, do ponto de vista de quem o procura?

Essas questões, da forma como colocadas, reafirmam os indivíduos e suas trajetórias como ângulo de análise. Por outro lado, o recorte específico do estudo proposto é a forma como interagem as possibilidades reais do Plano, considerada a forma como foi implementado, e as expectativas – subjacentes aí as trajetórias – dos indivíduos selecionados pela pesquisa, no que diz respeito à sua profissionalização.

Esta foi a perspectiva que norteou a revisão bibliográfica: construir um instrumental de análise capaz de dar conta das especificidades do estudo pretendido, não perdendo de vista que o Plano tem, como população-alvo, um segmento da população trabalhadora que alterna uma situação de inclusão e exclusão do mercado de trabalho.

Os aspectos centrais a serem considerados, inicialmente, pela revisão bibliográfica, tomando como base as questões acima referidas, diziam respeito à noção de profissão. Tornou-se premente tratá-la, não da forma como é empregada na língua ou na sociologia anglo-saxã – as profissões sábias –, mas de forma a poder distinguir, na fala dos entrevistados, do uso corrente dado ao termo, o sentido que davam à sua atividade de trabalho. Tratava-se, pois, não de uma mera questão semântica, mas de um instrumental de análise. Tomar o termo como um sinônimo de ocupação não resolveria o problema, pois a característica dessa população é justamente a alternância entre ocupação e não-ocupação, assim, profissão precisava ser entendida para além da ocupação em um determinado momento.

Feita essa primeira demarcação, fazia-se necessário entender os diferentes aspectos envolvidos no processo de profissionalização da população em foco. Esse entendimento foi encontrado no ponto de convergência entre diferentes abordagens

teóricas: o conceito de *profissionalidade*, tal qual proposto por Maurice et al. (1987), o conceito de identidade profissional, tal qual proposto por Dubar (1997), bem como os estudos sobre a transição entre formação e inserção no mercado de trabalho que vêm sendo denominados de *inserção profissional* ou de *transição profissional* (TANGUY, 1999; DUBAR, 1997, entre outros).

No entanto, partindo de contextos e tendo objetivos diferentes dos que norteiam o presente trabalho, as noções acima referidas precisaram ser apropriadas de maneira a permitir a construção de um instrumental de análise adequado às especificidades do estudo em foco: o recorte do objeto priorizado, as populações em situação precária de trabalho, prioritárias do plano governamental de qualificação, e o caso brasileiro.

A profissão de um indivíduo é entendida como sua atividade de trabalho em sentido lato, e não no sentido estrito de profissão “sábia”, que requer formação teórica e prolongada, ou de uma ocupação que adquiriu tal *status* através de regulamentação. Por outro lado, não se confunde também com o sentido coloquial que pode se referir tanto ao aprendizado para uma profissão, quanto a uma ocupação eventual. A profissão de um indivíduo é aqui definida como o reconhecimento social dos saberes que ele adquiriu na esfera da formação, bem como dos serviços ou produtos que ele é capaz de oferecer, reconhecimento esse conferido através de sua inserção no mercado de trabalho, em uma posição correspondente ao conhecimento adquirido. Da forma como é aqui entendida, profissão envolve: (a) correspondência entre a posição ocupada no mercado de trabalho e os conhecimentos adquiridos na esfera da formação (que pode se realizar no próprio trabalho); (b) reconhecimento da validade desses dois elementos – conhecimento e valor social dos serviços – por parte da sociedade, através da inserção desse indivíduo no mercado de trabalho. Este reconhecimento envolve remuneração e direitos correspondentes a essa posição ocupada, o que quer dizer que a inserção automaticamente dá acesso a um estatuto. Por outro lado, esse reconhecimento diz respeito ao profissional e não à profissão. Ou seja, mesmo que determinada atividade seja validada socialmente, a aquisição de um conhecimento e o valor social do mesmo não podem ser verificados em abstrato, mas vinculam-se ao indivíduo que é supostamente portador dessa profissão.

Estreitamente ligado ao reconhecimento social da utilidade de uma determinada atividade, e do conhecimento nele embutido, está o reconhecimento de ambos pelo sujeito que é deles o portador. Esse reconhecimento implica a sua identificação com a

atividade que desempenha, e é o que faz com que o indivíduo queira nela permanecer, ou ao contrário, na ausência de identificação com ela, queira desempenhar uma outra atividade, ou seja, ter uma “nova profissão” nos horizontes que ele se coloca, face aos recursos por ele acumulados em determinado momento de sua trajetória. Está em jogo, portanto, a identificação do sujeito com uma profissão, dada pela articulação daquilo que o sujeito possui – os recursos de sua trajetória - e deseja para si – seus projetos futuros – com o reconhecimento e o lugar que a sociedade lhe reserva no mundo do trabalho. Assim como o reconhecimento por parte da sociedade, o reconhecimento por parte do indivíduo envolve, também, de forma articulada, tanto aspectos objetivos – como uma remuneração aceita como satisfatória pelo portador da profissão e direitos provenientes da posição – quanto aspectos subjetivos – gostar de desempenhar a atividade, por exemplo.

Como corolário da definição de profissão adotada, entendo que a profissionalização não se realiza apenas na formação, mas só se completa com a inserção no trabalho, por um lado, porque o conhecimento necessita da prática para se efetivar; por outro, porque é com a inserção no trabalho que se concretizam as relações de trabalho, nos termos postos por Sainsaulieu: “as relações de trabalho são o lugar onde se experimenta o confronto dos desejos de reconhecimento num contexto de acesso desigual, movediço e complexo”. (SAINSAULIEU apud DUBAR, 1997, p. 115). Além disso, para que se realize, a profissionalização necessita de uma rede institucional que articule a formação e a inserção.

A noção de *rede*, que vem sendo utilizada freqüentemente e de diferentes formas, permite pensar em qualquer relação não-linear e não-vertical. Pode remeter tanto a redes institucionalizadas como informais. Pode se referir às diferentes redes que se encontram na mediação entre formação e inserção no mercado de trabalho, como redes familiares, ou locais (Tanguy, 1999). No presente estudo, no entanto o conceito redes tem o sentido estrito de redes institucionalizadas de articulação entre o conhecimento e a inserção profissional como condição de realização da profissionalização. Este termo é utilizado pelo fato de não ser definida aqui a forma que deve tomar essa articulação: pode ser estabelecida entre os diferentes atores envolvidos nas políticas de trabalho, por medida estatal, entre outras modalidades.

A articulação entre formação e inserção não se dá de forma linear, uma vez que se estabelece em um espaço que não é neutro, como visto, mas construído socialmente, como resultado das disputas estabelecidas entre os atores em cena.

Essa conceituação teve dois objetivos: em primeiro lugar, o conceito de profissão foi o ponto de partida para entender a relação dos entrevistados com o seu trabalho, suporte para discernir quando os alunos tratavam de uma relação de permanência com o mesmo, nos termos aqui definidos, ou quando utilizavam o termo em sentido corrente. A partir do entendimento da relação dos entrevistados com o seu trabalho foi possível estabelecer traços comuns ou diferenciais entre eles e entender a importância do Plano nas suas vidas. Em segundo lugar, busquei avançar na problematização da eficácia do Plano para a profissionalização dos seus usuários, utilizando como critério essa definição de profissionalização, mais abrangente do que adotada pelo PLANFOR – que parece reduzir-se à formação profissional.

Através da revisão bibliográfica foi possível constatar que em cada período histórico houve alguma forma de pertencimento que garantia o reconhecimento social do conhecimento e dos serviços a serem prestados por seus membros. Embora em todos esses momentos a inclusão de uns tenha significado a exclusão de outros, nunca essa exclusão atingiu contingentes tão expressivos e teve o mesmo significado.

A população que é usuária do PLANFOR e que, na sua maior parte, se vincula ao mundo do trabalho através de formas precárias ou instáveis de inclusão, não pertence a nenhum grupo que garanta o reconhecimento social de seus saberes e da necessidade de seus serviços. Assim, para a ocupação de uma posição nesse espaço de definição de profissões, os trabalhadores desse segmento acorrem individualmente e com o patrimônio que conseguiram construir ao longo de suas trajetórias profissionais.

Cumprido esclarecer que a definição de profissionalização aqui adotada não desconsidera a importância da formação profissional. Relembrando a proposição de Maurice et al. (1997), embora interdependentes, a esfera da formação e a esfera da inserção profissional guardam suas especificidades. E, para os propósitos deste trabalho, cabe lembrar que um sistema de formação, se bem estruturado, pode funcionar ele mesmo como uma rede de articulação com a inserção. Também não se desconsidera que na noção de formação encontra-se presente, em parte, a de profissionalização.

No entanto, cumpre apontar que o presente trabalho enfoca a articulação entre formação e inserção que o Plano é capaz de propiciar, condição prévia para que ocorram as demais condições da profissionalização.

METODOLOGIA

Como decorrência da diretriz do PLANFOR de suprir as deficiências de escolaridade básica da população por ele atendida, o PEQ-RS ofereceu, além dos cursos chamados isolados (de qualificação *stricto sensu*), cursos estruturados em projetos, com metodologia e objetivos comuns, em geral voltados para populações específicas, dentre os quais tiveram grande importância os projetos de elevação de escolaridade articulados em maior ou menor grau a uma formação profissional. A segunda vertente de ações chegou a representar mais de uma terça parte dos mesmos, a partir de 1999. Por essa razão, foi selecionado, para o estudo realizado, um grupo que contemplou tanto alunos de cursos isolados quanto de projetos de elevação de escolaridade. Para este segundo grupo, foram escolhidos alunos do Projeto Integrar Metalurgia, por ter sido pioneiro nesta modalidade. Foram entrevistados um total de 34 alunos: 20 dos Cursos Isolados e 14 do Projeto Integrar.

O estudo das trajetórias ocupacionais e formativas levou em conta os seguintes aspectos: (a) ocupações desenvolvidas ao longo da vida; (b) cursos realizados previamente ou posteriormente ao curso do PEQ; (c) expectativas e estratégias quanto à formação, incluindo os cursos que os entrevistados expressaram intenção de realizar futuramente, em especial, após a conclusão daquele do PEQ; (d) expectativas e estratégias quanto à inserção no mercado de trabalho; (e) formas de expressão dos entrevistados sobre suas trajetórias (“profissão eu já tenho”; “pego o que aparece”). Foram utilizados dados coletados em dois momentos: no período durante o qual os alunos freqüentavam o curso e entre aproximadamente nove e doze meses após tê-lo concluído.

AS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS ENTREVISTADOS

A primeira questão que este estudo se propunha responder era sobre como se constituíam as trajetórias dos entrevistados. A esse respeito foi constatado que alguns deles apresentavam trajetórias mais contínuas, e, outros, trajetórias fragmentadas ou “em constante mutação”. Lembrando que o público-alvo do Plano e, logo, o grupo de entrevistados estar inserido em um mercado de trabalho precário trajetória contínua não

é sinônimo de inserção estável. A continuidade, quanto à situação ocupacional, pode dizer respeito a uma trajetória que se desenvolve em uma mesma área de atividade, ou em uma mesma empresa, ainda que, na maior parte das vezes, marcada por relações de trabalho precárias e, ainda que se alternem períodos sem trabalho com os de ocupação. Por isso o advérbio *mais* é aqui utilizado. As trajetórias formativas desses entrevistados são razoavelmente cumulativas, ou seja, desenvolvidas na mesma área, em geral na mesma área da trajetória ocupacional, ou acompanham as mudanças de empresa. Trajetórias fragmentadas designam as trajetórias que, quanto à ocupação, podem ser consideradas “erráticas”, sem continuidade nem em um mesmo local de trabalho, nem sequer em uma mesma área de atividade. A expressão “*em constante mutação*” foi utilizada em analogia à expressão utilizada nos documentos do PLANFOR, referente à atual situação do mercado de trabalho. As trajetórias formativas são condizentes com essas trajetórias ocupacionais: o indivíduo não realiza nenhum curso ou os realiza em diferentes áreas, não acumulando saber em nenhuma área específica. Como nada é permanente em sua trajetória, nem local, nem área de inserção, o aprendizado na prática das diferentes ocupações também não possibilita nenhum acúmulo. Assim, esses entrevistados não possuíam nenhuma profissão, estando em busca de uma, ou, em alguns casos mais raros, estavam em busca de qualquer ocupação. Foi verificado, também, que a continuidade das trajetórias associa-se consistentemente à posse de uma profissão, por parte dos indivíduos, conforme definição acima explicitada. A continuidade, por sua vez, ao propiciar o acúmulo de experiências, conhecimento e reconhecimento, favorece prosseguir na construção de uma profissão.

O QUE OS ENTREVISTADOS BUSCAM NA FORMAÇÃO

Quanto à segunda questão proposta – o que os entrevistados buscam na formação e no PEQ em particular – foi constatado que os projetos profissionais dos entrevistados podem estar ou não ancorados em condições das e recursos acumulados nas suas trajetórias, capazes de lhes dar sustentação. Idade e gênero foram identificados como fatores que interferem nos projetos profissionais. A idade apresentou-se um importante fator na definição e na consecução dos projetos dos alunos. Para os mais velhos, já chefes de família, a profissão desejada é um sonho no qual já não têm mais tempo de investir. É importante salientar a noção de envelhecimento: entrevistados com 35 anos já se sentem ameaçados de não ter mais tempo de alcançar o que projetaram. No caso dos jovens, aliam-se ao otimismo próprio da idade condições objetivas mais

favoráveis que dão respaldo ao desejo: por não serem responsáveis por uma família, se permitem investir em uma formação que passa a ser assumida como uma profissão desejada. No caso das mulheres, em particular, o fator geracional se sobrepõe ao fator gênero, agravando-o: esse é o caso de mulheres que pretendem profissões para as quais são exigidos atributos físicos associados a padrões de beleza em vigor, nos quais o fator juventude é extremamente valorizado, como o caso da função de recepcionista, citado por uma entrevistada.

Mas o aspecto central enfocado por este trabalho é a constatação de que o que os entrevistados buscam na formação e, em particular, no PEQ, norteia-se pela condição de possuírem ou não uma profissão. Assim, com algumas nuances, verificam-se diferenças entre essas duas situações: os que possuem uma profissão identificam-se com ela e nela querem permanecer e os que, não tendo desempenhado nenhuma atividade mais permanente, ou negando aquela que desempenharam ao longo de sua vida, buscam ter uma profissão.

Os primeiros buscam no Plano apenas um espaço formativo. Têm projetos futuros mais consistentes, e tomam iniciativas ou traçam estratégias formativas mais coerentes com suas trajetórias. Já tendo uma profissão, buscam um aperfeiçoamento, normalmente associado a uma atualização correspondente à introdução de novas tecnologias em sua área de trabalho, ou cursos pontuais, capazes de enriquecer suas trajetórias já dotadas de diversos recursos, que os coloca em uma posição bastante favorável, pelo menos em relação aos demais usuários do Plano.

O nível de escolaridade dos entrevistados, associado à condição de ter ou não uma profissão – e subjacente a isso, identificar-se a essa profissão – é outro fator que influencia o que os entrevistados buscam na formação. Assim alguns daqueles que têm uma profissão, mas que não têm o Ensino Fundamental completo, buscaram no PEQ, através do Projeto Integrar – projeto de elevação de escolaridade aqui analisado – a elevação da escolaridade, um complemento necessário para sua profissionalização, o que envolve, dependendo do indivíduo, os próprios conhecimentos escolares, ou simplesmente o certificado de Ensino Fundamental, que propicia o acesso a níveis mais adiantados de escolarização ou a cursos profissionalizantes que exigem esse certificado. Outros, ainda, buscaram, com a elevação de escolaridade, suprir lacunas em sua socialização.

Os que não têm uma profissão, que representam mais da metade dos entrevistados, e estavam buscando no PEQ essa profissionalização, buscaram-na com diferenças nuançadas. Alguns estão indo ao seu encontro pela primeira vez; outros estão em busca de uma inflexão de trajetória, ou por não se identificarem com a atividade profissional desenvolvida ao longo de sua vida, ou por não terem construído nenhum tipo de permanência na sua trajetória profissional. Alguns possuem algum tipo de *referência profissional*, entendida aqui como alguma atividade desempenhada ou conhecimento adquirido, sem permanência ou extensão suficiente para constituir uma profissão, mas que empresta certo norte às iniciativas e buscas, seja na esfera da formação, seja na esfera da inserção. Mas, como dito, são nuances: todos buscam com esforço e dificuldade a construção dessa profissão. Foi também verificado que no desejo da grande maioria dos entrevistados está presente o sentido de profissão como o desempenho de uma atividade em uma área de trabalho específica.

O PAPEL DO PLANO NAS TRAJETÓRIAS DOS ENTREVISTADOS E NA SUA PROFISSIONALIZAÇÃO

A análise da incidência do PEQ sobre a trajetória dos entrevistados e do papel do Plano na sua profissionalização partiu da definição de profissionalização adotada, conforme a qual, o acesso ao espaço que define a profissionalidade dos indivíduos depende da existência de alguma rede institucional que atue no sentido de articular inserção e formação. Isso porque esse acesso não é dado, mas disputado e regulado pelos atores envolvidos. O argumento aqui defendido é que os trabalhadores da população usuária do PLANFOR defrontam-se individualmente com esse desafio, contando basicamente com os recursos que eles próprios conseguiram construir ao longo de suas trajetórias profissionais. Assim, para que o Plano contribua para a profissionalização de suas populações prioritárias, deve em primeiro lugar, propiciar uma formação adequada.

Quanto a esse aspecto, o PEQ/RS ofereceu a seus alunos cursos de elevação de escolaridade, articulados em maior ou menor grau a uma formação técnica, e cursos de qualificação *stricto sensu*. A frequência ao Projeto Integrar foi relevante para a quase totalidade de seus alunos, independentemente do tipo de trajetória e projeto profissional que se colocavam. Além de para alguns propiciar os conhecimentos visados e a sociabilidade não desenvolvida na escola e, eventualmente maior grau de satisfação pessoal, para a grande maioria teve o valor de propiciar o certificado de Ensino

Fundamental, credencial para o mercado de trabalho e também para a continuidade dos estudos, através do ingresso no Ensino Médio, e para o ingresso em cursos profissionalizantes. O Integrar propiciou socialização também através da inclusão nos espaços na vida social – nos espaços da cidade e fóruns de discussão, por exemplo –, o que os alunos chamam “resgate da cidadania”.

Essa população, usuária potencial das políticas públicas de educação de jovens e adultos – as quais apresentam limites, conforme estatísticas e estudos –; com uma relação acidentada com a escolaridade, que inclui experiências frustrantes com os supletivos freqüentados na idade adulta; em uma nova tentativa de aproximação com os estudos, encontrou no Projeto Integrar, especialmente concebido para ela, uma alternativa viável. Assim, essa positividade ganhou a frente em suas avaliações do Projeto, sobrepondo-se aos limites por ele apresentados – o prejuízo na aquisição de conteúdos correspondentes a uma escolarização básica de qualidade, devido à reduzida carga horária do curso, e a escassa articulação entre formação geral e formação profissional, articulação essa última esperada por alguns entrevistados, que viram essa expectativa frustrada.

A elevação da escolaridade teve impacto importante no redimensionamento de projetos futuros e no redirecionamento de trajetórias: além de a maioria seguir para o Ensino Médio, a partir dos novos recursos acumulados, os entrevistados se propuseram projetos futuros mais ousados.

Por outro lado, os benefícios obtidos pelos alunos do Projeto Integrar ilustram bem a dialética da desvalorização e da recuperação dos títulos, ao menos parcialmente, enunciada por Bourdieu (2001), assim como a não linearidade entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho, já mencionada: o certificado de Ensino Fundamental não propiciou a nenhum desses alunos uma melhor posição no mercado de trabalho. Evidentemente, a elevação da escolaridade propiciada pelo Plano pode ser considerada um bem em si. O diploma, credencial para a cidadania, os conteúdos aprendidos e o exercício da sociabilidade foram computados como patrimônio pessoal para cada um, como demonstram os depoimentos.

Os conteúdos escolares básicos adquiridos através do Projeto, bem como a sociabilidade propiciadas em seu ambiente, constituem elementos fundamentais da profissionalização dos indivíduos, no que respeita à etapa da formação. Essa formação escolar adquirida e os ganhos obtidos através dela não podem ser avaliados tão-somente

a partir da perspectiva da inserção no mercado de trabalho. No entanto, mantendo-se a inserção no mercado de trabalho como um dos critérios para a análise da eficácia do Plano quanto à profissionalização de seus usuários, esse aspecto chama a atenção para a importância de discutir-se a pertinência da oferta de tal modalidade de curso no âmbito de um plano governamental de profissionalização, já que o Plano, em certa medida, acaba atuando como substituto de outras políticas públicas, neste caso, a política pública de educação. A questão da articulação entre o Plano e as políticas públicas de educação profissional e de jovens e adultos, que o presente estudo apenas apontou, requer um maior aprofundamento, colocando-se aqui como uma indicação de investigação a ser realizada futuramente. Essas investigações futuras devem remeter ao fato de que o sistema regular de ensino profissionalizante, por exemplo, embora não garanta a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, representam os primeiros entrelaçamentos de uma rede capaz de articular formação e inserção. Essa articulação seria muito mais significativa para parcelas da população que, como os indivíduos enfocados nesta trabalho, entre esses dois momentos de construção de sua profissionalidade, não dispõem de nenhuma outra forma de articulação. Devem remeter também à necessidade e aos tipos de mediação a serem feitas na superação da distância em que essa população se encontra da escola. Foi visto que, dentre os alunos com nível de escolaridade abaixo do Ensino Médio completo, grande parte expressou o desejo de elevar seu nível de escolaridade. Isso inclui aqueles que buscaram a qualificação *stricto sensu*, através de cursos isolados, embora, por acreditarem que estariam, ou por de fato estarem, resolvendo questões imediatas, tenham adiado a busca de escolarização por uma formação rápida que lhes é oferecida com a promessa de uma profissionalização.

Voltando o enfoque para os cursos isolados, ainda que em alguns poucos casos tenham incidido sobre trajetórias, redimensionando projetos, foi constatado que, quanto à profissionalização, o Plano teve pouca eficácia para seus alunos. O estudo revelou, dentre os alunos de cursos isolados, um contraste entre aqueles que já possuíam profissão e aqueles entrevistados que estavam em busca de uma. Para os primeiros – aproximadamente um terço dos entrevistados dessa modalidade de curso – já pertencendo a alguma rede institucional que propiciava a articulação entre sua formação e seu conhecimento, foi suficiente o incremento na formação obtido no PEQ; para os demais – a maioria dos entrevistados – que dispunham de poucos recursos em suas trajetórias, e que não pertenciam a nenhuma rede capaz de fazer a articulação entre a

possível formação adquirida e a inserção, revelou-se necessário um respaldo institucional.

Os cursos de qualificação *stricto sensu* propiciaram um espaço formativo especialmente para os entrevistados com Ensino Médio completo e que já tinham uma profissão – independentemente de sua situação ocupacional presente, uma vez que a profissionalidade mais claramente constituída não impedia, em muitos casos, que se alternassem períodos de ocupação e de desemprego. Para eles, o curso realizado representou um aperfeiçoamento, ou um apoio à atividade que já vêm desenvolvendo. Assim, o PEQ funcionou quase como um acessório de suas profissões, já adquiridas, na maior parte dos casos, antes do curso realizado, e como um fator de enriquecimento de trajetórias melhor dotadas em relação aos demais usuários do Plano. É importante mencionar que, com uma exceção, todos os entrevistados desse grupo fizeram cursos de Informática e já contavam com um acúmulo de cursos realizados na mesma área em que atuavam, em outras instituições, alguns no Sistema S.

Esse ponto chama a atenção para o acerto que representa a oferta de formação profissional *stricto sensu* para essa população, já escolarizada, mas com uma renda que não lhes permite freqüentar os cursos da rede privada oferecidos no mercado.

Sem subestimar as necessidades de aprimoramento profissional desse segmento do público, são aqueles que não têm uma profissão que se constituem no público que mais desafios coloca a uma política pública de educação profissional, e é a ele que é dedicada a maior parte desta conclusão.

DAS PROFISSÕES COMO ‘PROFISSÃO DE FÉ’ AO ‘MERCADO EM CONSTANTE MUTAÇÃO’: A NATURALIZAÇÃO DE UM DRAMA

Para os entrevistados que não têm profissão, os cursos de qualificação específica significaram muito pouco, representando “mais um”, na tentativa, normalmente frustrada, de obter uma ocupação. Ao não conseguirem um trabalho na área de aprendizado de um curso, tentam outra área de formação, sem que acumulem conhecimentos que os ajudem nesse caminho. A precariedade dos cursos por eles freqüentados e a falta de planejamento, no interior do Plano, que estruture os cursos de forma a propiciar itinerários formativos, contribuem para essa falta de acúmulo. Muitos alunos que se dispunham a adquirir um conhecimento profissional afirmaram não ter

procurado trabalho na área do curso, por considerar que este não tinha dado a formação necessária.

As trajetórias formativas desses alunos revelam uma fragmentação condizente com a fragmentação de suas trajetórias ocupacionais, muito distantes da idéia de profissão, cuja origem encontra-se na ‘profissão de fé’ consumada nas cerimônias rituais de entronização nas corporações, onde se desempenhavam ‘ofícios juramentados’, em que ‘se professava uma arte’.

Ao contrário, é um caminho doloroso, cheio de angústia, esse que os documentos que embasam a política de educação profissional do Ministério do Trabalho chamam de “estar em um mercado em constante mutação”. Ao fazê-lo, o discurso empresta ao termo um sentido de inevitabilidade, senão um sentido de positividade e modernidade, que acaba por naturalizar o drama vivido por essa população.

Alguns desses entrevistados, ao adquirir, no PEQ, conhecimentos, ainda que limitados, em uma área de saber, acreditam ter encontrado uma profissão. Esse conhecimento obtido passa a guiar a busca de trabalho e de formação de alguns desses indivíduos, dando alguma coerência, principalmente a essa última, mesmo quando as trajetórias ocupacionais são perpassadas por trabalhos eventuais em outras áreas. Às vezes eles passam a perseguir uma “profissão” que sequer imaginavam para si. O curso entra em suas vidas por mero acaso, colhido do rol da oferta do PEQ, no seu tatear em busca de alguma coisa que lhes garanta um lugar no mercado de trabalho. Às vezes, após ter sido a terceira ou quarta opção no momento de inscrição, o curso vem a representar uma “vocação despertada”, “revelada”.

Para a grande maioria, o curso em pouco ou nada ajuda na inserção no mercado de trabalho, para o que os empecilhos são, em larga medida, de outra ordem, não dependendo de uma formação profissional. Na medida em que não conseguem inserir-se no mercado de trabalho, não conseguem dar prosseguimento à profissionalização desejada. Se por um lado o gosto pelo que aprendem a fazer no curso funciona como um estímulo, por outro, sem um respaldo institucional, essa ilusão cai no vazio. Sem muitos recursos em suas trajetórias, pouco escolarizados, com qualificação profissional pouco valorizada e contando apenas com a ajuda de parentes e amigos – a sua principal fonte de inserção no mercado de trabalho –, são jogados para longe da carreira que tentam traçar através da formação realizada, muitas vezes induzida pela oferta de cursos do Plano.

A par da qualidade dos cursos, fundamental para a aquisição de um conhecimento socialmente reconhecido, a inclusão em uma rede de pertencimento e reconhecimento dependeria de uma articulação com as demais políticas públicas de emprego e renda e de uma coordenação entre os atores – governamentais e não governamentais – envolvidos. A falta de uma rede que articule a formação com a inserção compromete a eficácia do Plano na função de profissionalizar. Para essa população, propiciar apenas formação, sem que haja a associação a instrumentos de inclusão, corre o risco de se tornar dispêndio vão de recursos.

Os cursos isolados, tanto quanto o Integrar, muitas vezes pareceram funcionar mais no sentido do desenvolvimento pessoal e fornecer ajudas pontuais, uma injeção de auto-estima para uma população que parte de um patamar muito baixo de atendimento de suas necessidades. Sem promover uma articulação consistente com as demais políticas públicas, dentre elas a de educação e, em especial com as outras políticas de emprego, como, por exemplo, o seguro-desemprego e o encaminhamento para o mercado de trabalho, articulação essa sempre ressaltada e preconizada pelo PLANFOR, o PEQ não consegue propiciar aos alunos a inserção em uma rede do tipo aqui referido. Dadas as insuficiências das outras políticas, o Plano é a primeira porta que esses alunos encontram aberta, e acaba cumprindo papéis associados às lacunas deixadas por essas políticas. No entanto, sem o suporte das instâncias institucionais responsáveis por cada uma dessas políticas, o faz de forma rebaixada. Incapaz de resolver o problema premente de boa parte dos alunos – a obtenção de um trabalho remunerado – o Plano acaba por substituir às vezes a própria seguridade-social e o trabalho, estes últimos através do fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e, em alguns casos mais raros, bolsas de estudo. Muitas vezes, o curso proporciona a possibilidade de interlocução, contatos, funcionando como uma ante-sala do mercado de trabalho, seja porque dá a oportunidade de conhecer outras pessoas, seja porque, no ambiente em que é dado, circulam informações, não só sobre o mercado de trabalho, mas também sobre outros cursos. No entanto, esse aporte é informal e, sobretudo, muito transitório, não configurando uma rede de articulação institucionalizada. Diante dessas limitações, os cursos ilustram bem a metáfora utilizada por Tanguy (1999) de uma “senha para uma lista de espera”, para um lugar no mercado de trabalho que talvez não chegue a ser alcançado.

Se esta pesquisa reforça questões já bastante focalizadas por outros estudos sobre o PLANFOR, feitos a partir de dados empíricos ou de documentos oficiais, o que pode ser considerada sua maior contribuição para o debate é enfocar o encontro dessas políticas com as trajetórias dos alunos. Nesse encontro se revela a contínua e solitária luta travada por eles contra sua constante desclassificação. Essa luta se traduz no depoimento de Jorge Luis, um dos entrevistados, referindo-se ao fato de que, apesar de ter realizado cursos, não conseguiu trabalho: “Muitas pessoas fazem cursos. Elas se enganam, aí perdem a esperança. Eu, algumas vezes, perdi a esperança”. Mas, ensina ele, “é preciso persistir”.

A persistência de Jorge Luis e de outros entrevistados é uma arma de pequeno alcance, quando têm à sua frente um mercado tão adverso e ao seu lado uma política que, embora acene com uma promessa de profissionalização – oferecendo um rol de cursos que se vinculam, sem mediações aparentes, a ocupações e postos de trabalho bastante concretos, sugerindo a desejada correspondência entre formação e inserção –, deixa, na prática, a cargo de seus usuários, com seus escassos recursos pessoais, a responsabilidade individual sobre a efetivação dessa profissionalização.

REFERÊNCIAS

- BORDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (org.). *Pierre Bourdieu: Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2001 b. P. 145-185.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. *Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília: MTE/SEFOR, 1999.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.
- MAURICE, Marc; SELLIER, François; SILVESTRE, Jean-Jacques. *Política de educación y organización industrial en Francia y en Alemania: aproximación a um análisis societal*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1987.
- SEGNINI, Liliana P. Entre o desemprego e a engrenagem dos empregos precários. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 9, p. 134-151, 1. sem. 2001.
- TANGUY, Lucie. Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal? *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 20, n. 67, p. 48-69, Papirus, 1999.